

Barigüi S.A
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial referentes aos
semestres findos em
30 de junho de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - consolidado prudencial	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos
Diretores e Conselho de Administração da
Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na Nota Explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas Explicativas nº 2 e 4, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração da Financeira, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das



exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da Financeira para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



Outros assuntos

A Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de agosto de 2016.

Curitiba, 14 de dezembro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

BARIGÚ S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2016	30/06/2015		Nota	30/06/2016	30/06/2015
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		200.402	196.990	CIRCULANTE		115.034	201.035
Disponibilidades	5	1.447	1.162	Depósitos	13.a	6.991	67.689
Aplicações interfinanceira de liquidez		57.247	50.977	Depósitos interfinanceiros		-	21.430
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5 / 6	57.247	50.977	Depósitos a prazo		6.991	46.259
Títulos e valores mobiliários		7.627	9.864	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	97.174	86.899
Cotas de fundos de investimentos	7	7.627	9.864	Letras de crédito imobiliário		48.528	47.014
Operações de crédito	8	119.813	125.635	Recursos de aceites cambiais		48.646	39.885
Setor privado		125.400	129.059	Outras obrigações		10.869	46.447
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.587)	(3.424)	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		74	272
Outros créditos	9	4.501	2.925	Sociais e estatutárias		2.146	1.034
Créditos tributários		2.283	547	Fiscais e previdenciárias	14	2.387	1.687
Diversos		2.218	2.378	Diversas	15	6.262	43.454
Outros valores e bens	10	9.767	6.427				
Bens não de uso		6.675	2.650				
Outros valores e bens		3.693	3.777				
(-) Outros valores e bens		(601)	-				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		259.795	237.405	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		342.948	233.360
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		259.121	236.762	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		296.979	190.325
Operações de crédito	8	251.450	226.131	Depósitos	13.a	19.002	6.023
Setor privado		255.591	229.522	Depósitos a prazo		19.002	6.023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.141)	(3.391)	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	275.640	182.036
Outros créditos	9	2.770	3.449	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		159.200	108.818
Diversos		534	261	Recursos de letras de crédito imobiliário		116.440	73.218
Créditos tributários		2.564	3.267	Outras obrigações		2.337	2.266
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(328)	-79	Diversas	15	1.722	1.652
Outros valores e bens	10	4.901	7.182	Dívida subordinada elegível a capital	16	615	614
Outros valores e bens		4.265	6.415				
Bens não de uso		1.512	1.641	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		2.215	2.346
(-) Outros valores e bens		(876)	(874)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	45.969	40.689
PERMANENTE		674	643	Capital social		23.000	20.000
Investimentos		3	3	De domiciliados no país	18.a	23.000	20.000
Outros investimentos		3	3	Reservas de lucros		22.969	20.689
Imobilizado de uso	11	535	463	Reserva legal	18.b	2.105	1.686
Outras imobilizações de uso		1.541	1.377	Outras reservas de lucro	18.c	20.864	19.003
(-) Depreciação acumulada		(1.006)	(914)				
Intangível	12	136	177				
Licenciamento e uso de software		472	471				
(-) Amortização acumulada		(336)	(294)				
TOTAL DO ATIVO		460.197	434.395	TOTAL DO PASSIVO		460.197	434.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BARIGÜI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 30 DE JUNHO DE 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		50.759	44.845
Operações de crédito	8	46.976	41.793
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.783	3.052
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(32.853)	(30.010)
Operações de captação no mercado	13.b	(28.532)	(24.533)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	23
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	8.c	(3.674)	(2.194)
Operações de venda ou transf. ativo financeiro		(647)	(3.306)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		17.906	14.835
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(11.755)	(9.031)
Receita de prestação de serviços		1.296	2.565
Despesas de pessoal		(3.132)	(3.288)
Despesas administrativas	21	(10.706)	(8.516)
Despesas tributárias		(1.204)	(1.230)
Outras receitas operacionais		2.639	1.805
Outras despesas operacionais		(648)	(367)
RESULTADO NÃO OPERACIONAIS		(418)	390
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.733	6.194
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	(1.164)	(1.371)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(2.198)	(1.982)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.034	611
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS		(246)	(266)
PARTICIPAÇÃO NÃO CONTROLADORES		(190)	(965)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		4.133	3.592
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(1.535)	(1.146)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 DE 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Reserva de Lucros				Totais
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária/Especial	Lucros Acumulados	
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2015	21.530	1.519	17.062	-	40.111
Ajustes prudenciais de participantes não controladores	(1.530)	(13)	190	-	(1.353)
Lucro líquido	-	-	-	3.592	3.592
Destinações:					
Constituição de reserva	-	180	2.131	(2.311)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.146)	(1.146)
Dividendos propostos e pagos	-	-	(380)	(135)	(515)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	20.000	1.686	19.003	-	40.689
Mutações do semestre	(1.530)	167	1.941	-	578
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2016	23.000	1.898	18.617	-	43.515
Lucro líquido	-	-	-	4.133	4.133
Destinações:					
Constituição de reserva	-	207	2.247	(2.454)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.535)	(1.535)
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	(144)	(144)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	23.000	2.105	20.864	-	45.969
Mutações do semestre	-	207	2.247	-	2.454

BARIGÜI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		4.133	3.592
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre/exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		90	77
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		3.674	2.194
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		380	
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		132	92
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		2.198	1.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.034)	(611)
Participação dos empregados		246	266
Participação não controladores		190	965
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>(799)</u>	<u>(850)</u>
Movimentação de ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) Redução títulos e valores mobiliários		(4.928)	(2.896)
(Aumento) redução operações de crédito		(3.691)	(13.672)
(Aumento) Redução outros créditos		(1.755)	(1.046)
(Aumento) Redução outros valores e bens		<u>(801)</u>	<u>(57)</u>
Aumento (redução) depósitos interfinanceiros		(23.288)	405
Aumento (redução) depósitos a prazo		(691)	(5.269)
Aumento (redução) recursos de aceites cambiais		36.557	29.259
Aumento (redução) letras de crédito imobiliário		20.797	28.843
Aumento (redução) cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		97	146
Aumento (redução) obrigações sociais e estatutárias		145	(151)
Aumento (redução) obrigações fiscais e previdenciárias		663	(417)
Aumento (redução) outras obrigações		(19.912)	(23.503)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>12.403</u>	<u>19.349</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Redução (aumento) imobilizado de uso		(62)	63
(Aplicação) redução em intangível		(2)	(14)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de investimentos		<u>(64)</u>	<u>49</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(2.188)	(1.719)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(2.188)</u>	<u>(1.719)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>10.151</u>	<u>17.679</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		48.543	34.460
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		58.694	52.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”) tem como seu principal produto o crédito consignado com desconto em folha de pagamento, ao amparo essencialmente de convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Além disso, realiza outras operações, a saber: financiamento a consumidores (CDC) com interveniência de lojistas, empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com garantia de imóvel, e outras facultadas a entidades da espécie.

Também fazem parte do Conglomerado Prudencial as seguintes instituições:

A Barigüi Companhia Hipotecária (“Hipotecária”), controlada pela Financeira (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas atividades em 10 de janeiro de 2012. A Hipotecária, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

Barigüi Securitizadora S.A. (“SEC”) a qual tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI’s) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que seja compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.

Em 30 de junho de 2015, inclui também o Fundo de Investimentos Creditórios Barigüi Crédito Consignado (“FIDC”), o qual foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 20 de junho de 2011, com prazo determinado de duração. Em conformidade com a Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, realizada em 22 de junho de 2016 (“AGC”), foi aprovada a liquidação do Fundo, nos termos de seu Regulamento, com a conseqüente extinção de suas cotas. O objetivo do FIDC era a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos concedidos pela Financeira a devedores, representados por CCBs, cujos pagamentos fossem efetuados por meio de consignação em benefícios ou folha de pagamentos.

2. Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, elaborem e apresentem em demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

- a) Instituições financeira;
- b) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- c) Administradoras de consórcio;
- d) Instituições de pagamento;
- e) Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- f) Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas no incisos a) e e).
- g) Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tem a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN e não se confundem com as demonstrações financeiras consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações, é a Barigui Financeira.

Para a elaboração destas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

Estas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2016.

3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, incluem as demonstrações da Barigüi Financeira e das entidades abaixo listadas. Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre as instituições foram eliminados. As demonstrações da Barigüi Securitizadora S.A. tiveram seus critérios adaptados às práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial são apresentadas abaixo:

Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”)
Barigüi Companhia Hipotecária (“Hipotecária”)
Barigüi Securitizadora S.A. (“SEC”)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigüi Crédito Consignado (“FIDC”) (*)
(*) Em 22 de junho de 2016, foi aprovada a liquidação do Fundo.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “pro rata” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados nas seguintes categorias:

- **Mantidos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são títulos e valores mobiliários para os quais se possui a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado.

e. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, praticadas pela Financeira, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

f. Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

(i) **Operações de crédito** - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério “pró rata dia”. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução no 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito da Financeira são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas e as principais operações de crédito da Companhia Hipotecária são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

(ii) **Provisão para perdas em operações de crédito** - foi constituída nos termos da Resolução no 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução no 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução no 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação até que ao menos duas parcelas da nova dívida renegociada sejam recebidas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

(iii) **Operações vencidas há mais de 60 dias** - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

g. Despesas antecipadas

Correspondem principalmente a:

- (i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação;
- (ii) Comissões pagas a correspondentes credenciados que são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, sendo o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) **2015:** Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativa da e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) **2016:** Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) **2017:** Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

h. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*.

As taxas de depreciação anuais são:

	<u>Taxa - % a.a.</u>
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Veículos	20%

i. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

	<u>Taxa - % a.a.</u>
Desenvolvimento de sistema de processamento de dados	20% a.a.

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo diferido não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

j. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

k. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

l. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

m. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

n. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Provisões: são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se à demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.

o. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social é constituída às alíquotas-base de 9% (para a SEC e a Hipotecária) e 15% (para a Financeira) até agosto de 2015, e para o período compreendido entre setembro de 2015 e junho de 2016 considerando a alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15, a partir de 2019 a alíquota retorna para 15%.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são

geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

p. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos e obrigações legais, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

q. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intercompanhias, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Disponibilidade		
Caixa	16	13
Depósitos bancários	1.431	1.149
Aplicações interfinanceiras (a)	<u>57.247</u>	<u>50.977</u>
Total	<u><u>58.694</u></u>	<u><u>52.139</u></u>

(a) As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa.

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2016, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

Título	30/06/2016		30/06/2015	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	102% CDI	52.247	102% CDI	43.077
DI (pré)	14,09% a.a.	5.000	13,64% a.a.	7.900
Total		<u>57.247</u>		<u>50.977</u>

7. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração, conforme apresentado abaixo:

	30/06/2016	30/06/2015
Títulos com liquidez imediata		
Cotas Fundo Itaú	7.627	-
Títulos mantidos até o vencimento		
Cotas BEM Fundo de Investimento Referenciado DI - TPF	-	9.864

O Fundo Itaú Corp Plus Referenciado CDI FIC FI é um fundo de renda fixa, aberto e que possui como objetivo acompanhar a variação do CDI através da aplicação em fundos que alocam, no mínimo, 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador. A carteira dos fundos de investimentos poderá ser composta por títulos e até 50% em títulos privados, cujo emissor esteja classificado na categoria de baixo risco de crédito. Os fundos de investimentos podem realizar operações com derivativos para fins de proteção.

A Financeira adquiriu cotas do Fundo Itaú no montante de R\$ 7.500 em 19 de maio de 2016. Em 30 de junho de 2016, o Fundo Itaú atingiu a rentabilidade de 100,68% do CDI.

a. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2016	30/06/2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	3.348	2.310
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	<u>435</u>	<u>742</u>
Total	<u>3.783</u>	<u>3.052</u>

8. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a) Composição da carteira de crédito, por modalidade de crédito:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Capital de giro	101.086	5.140
Crédito pessoal	211.082	207.784
CDC	3.365	16.766
Financiamentos imobiliários	<u>65.458</u>	<u>128.891</u>
Total	<u>380.991</u>	<u>358.581</u>
Circulante	125.400	129.059
Não Circulante	255.591	229.522

b) Composição da carteira de crédito por atividade econômica:

	<u>30/06/2016</u>		<u>30/06/2015</u>	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Setor Privado:				
Indústria	70	0,02%	60	0,01%
Comércio	8.561	2,25%	780	0,22%
Outros serviços	6.044	1,59%	14.585	4,07%
Pessoa física	<u>366.316</u>	<u>96,15%</u>	<u>343.156</u>	<u>95,70%</u>
Total	<u>380.991</u>	<u>100,00%</u>	<u>358.581</u>	<u>100,00%</u>

As operações de crédito são produzidas pela Barigui S.A. e pela Barigui Cia Hipotecária. A taxa mínima praticada pela Financeira nos contratos firmados no semestre findo 30 de junho de 2016 foi 1,2742% a.m. e a taxa máxima foi de 4,4000% a.m. (em 30 de junho de 2015 a taxa mínima foi 0,8352% a.m. e a taxa máxima foi de 7,4% a.m.), enquanto que para os contratos firmados pela Companhia Hipotecária a taxa mínima foi de 1,07% a.m. + IGP-M a.m e a taxa máxima foi de 2,99% a.m + T.R (enquanto que as taxas praticadas pela controlada foram a mínima no semestre foi de 0,8355% + CDI a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m.).

No semestre findo em 30 de junho de 2016 Conglomerado Prudencial auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 46.976 (R\$ 41.793 em 30 de junho de 2015).

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

c.1) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Saldo inicial	(11.820)	(8.427)
Constituição	(3.674)	(2.194)
Baixa para prejuízo	<u>5.766</u>	<u>3.806</u>
Saldo final	<u>(9.728)</u>	<u>(6.815)</u>
Circulante	(5.587)	(3.424)
Não circulante	(4.141)	(3.391)

No semestre findo em 30 de junho de 2016, foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo” o montante de R\$ 1.136 (R\$ 632 em 30 de junho de 2015).

As operações de crédito refinanciadas em 30 de junho de 2016, totalizaram R\$ 48.672 (R\$ 55.427 em 30 de junho de 2015) e as operações renegociadas ocorreram apenas na Hipotecária, que totalizam R\$ 1.553 em 30 de junho de 2016 (R\$ 2.666 em 30 de junho de 2015). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

c.2) Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

Os vencimentos das parcelas estão assim representados, em 30 de junho de 2016 e 2015:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
A vencer		
Até 3 meses	32.529	34.387
de 3 meses a 12 meses	84.810	87.037
de 1 a 3 anos	144.785	149.344
de 3 a 5 anos	74.694	57.980
de 5 a 15 anos	36.076	22.115
Acima de 15 anos	<u>36</u>	<u>83</u>
Total a vencer	<u>372.930</u>	<u>350.946</u>
Vencidos	<u>8.061</u>	<u>7.635</u>
Total	<u>380.991</u>	<u>358.581</u>

C.3) Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa, por rating.

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2016 e 2015 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de Provisão	Setor				30/06/2016		30/06/2015	
			Indústria	Comércio	Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	-	135	463	8.693	9.291	-	3.050	-
A	Normal	0,50%	70	2.372	5.040	299.581	307.063	(1.535)	319.865	(1.599)
	Vencido		-	-	-	1.173	1.173	(6)	1.162	(6)
B	Normal	1,00%	-	2.292	127	12.631	15.050	(151)	1.485	(15)
	Vencido		-	-	1	9.372	9.373	(94)	8.696	(87)
C	Normal	3,00%	-	-	-	7.513	7.513	(225)	2.242	(67)
	Vencido		-	7	398	14.045	14.450	(434)	10.546	(316)
D	Normal	10,00%	-	-	-	451	451	(45)	337	(34)
	Vencido		-	38	-	4.586	4.624	(462)	3.758	(376)
E	Normal	30,00%	-	-	-	90	90	(27)	125	(37)
	Vencido		-	3.665	-	2.080	5.745	(1.724)	2.941	(882)
F	Normal	50,00%	-	-	-	219	219	(110)	87	(43)
	Vencido		-	11	3	1.452	1.466	(733)	1.188	(594)
G	Normal	70,00%	-	-	-	106	106	(74)	114	(80)
	Vencido		-	-	-	894	894	(626)	1.019	(713)
H	Normal	100,00%	-	-	-	1.101	1.101	(1.101)	217	(217)
	Vencido		-	41	12	2.329	2.382	(2.382)	1.749	(1.749)
Total			70	8.561	6.044	366.316	380.991	(9.728)	358.581	(6.815)
						Circulante	125.400	(5.587)	129.059	(3.424)
						Não Circulante	255.591	(4.141)	229.522	(3.391)

d) Cessão de crédito

FIDC - Em conformidade com a Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, realizada em 22 de junho de 2016 (“AGC”), foi aprovada a liquidação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado, nos termos do seu Regulamento, com a consequente extinção de suas cotas.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino Classe “A”, referentes a 1ª série, emitidas com prazo de duração de 60 meses, ambas com vencimento em julho de 2016, foram remuneradas integralmente em conformidade com as taxas previstas e indicadas na colocação aos cotistas.

Hipotecária - No semestre findo em 30 de junho de 2016, a controlada Hipotecária adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 11.816 (R\$ 6.724 em 30 de junho de 2015). A taxa média dos créditos adquiridos no semestre foi de 1,178% (taxa média em 30 de junho de 2015 foi de 1,1978%). Estas operações auferiram renda no semestre no total de R\$ 2.362 (R\$ 1.494 em 30 de junho de 2015). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

SEC - Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, a SEC adquiriu créditos da Hipotecária no montante de R\$ 19.265, que foram vinculados a emissão de 02 (dois) CRI's.

9. Outros créditos

O saldo da conta “outros créditos diversos” está composto pelos seguintes valores:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Circulante		
Adiantamentos	204	214
Clientes a receber	39	96
Créditos tributários (nota 22)	2.283	547
Impostos a recuperar	986	983
Títulos e créditos a receber (a)	83	91
Devedores diversos (b)	700	817
Outros (c)	<u>206</u>	<u>177</u>
Total	<u>4.501</u>	<u>2.925</u>
Não circulante		
Títulos e créditos a receber (a)	328	82
Créditos tributários (nota 22)	2.564	3.267
(-)Provisão para outros créditos	(328)	(79)
Outros (c)	<u>206</u>	<u>179</u>
Total	<u>2.770</u>	<u>3.449</u>

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, representam, basicamente, (i) R\$ 3 saldos a receber referentes às cessões de créditos a receber junto ao Banco Bradesco S.A

(R\$ 77 em 30 de junho de 2015); (ii) R\$ 159 saldos de falta de repasses de órgãos públicos (R\$ 96 em 30 de junho de 2015), e (iii) R\$ 249 representam créditos sem características de concessão de crédito.

- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por: (i) R\$ 6 cheques devolvidos no recebimentos de parcelas (R\$ 10 em 30 de junho de 2015); (ii) R\$ 460 adiantamento para correspondentes para originação de operação de crédito (R\$ 327 em 30 de junho de 2015); (iii) R\$ 144 refere-se ao pagamento de portabilidade de operações de crédito (R\$ 329 em 30 de junho de 2015); (iv) R\$ 42 serviços de terceiros na originação de operações de crédito (R\$ 113 em 30 de junho de 2015), e (v) R\$ 48 referem-se a valores pagos para consolidação de propriedade (R\$ 15 em 30 de junho de 2015).
- (c) Os valores inscritos em “outros”, são compostos por: (i) R\$ 25 devedores para compra de valores e bens (R\$ 172 em 30 de junho de 2015); (ii) R\$ 11 referem-se a valores entre partes relacionadas (R\$ 14 em 30 de junho de 2015); (iii) R\$ 214 depósitos em garantia (R\$ 140 de 30 de junho de 2015); (iii) R\$ 160 referentes à dividendos a receber (R\$ 100 em 30 de junho de 2015); e (iv) R\$ 2 referem-se a outros rendas a receber.

10. Outros valores e bens

O saldo do grupo “Outros valores e bens” está composto por bens não de uso e despesas antecipadas, conforme segue:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Circulante		
Despesas antecipadas		
Seguros	7	7
Serviços especializados	179	124
Corretagens	79	80
Estruturação FIDC	-	161
Comissões (a)	3.370	3.405
Ressarcimento de custos operacionais	58	-
Bens não de uso - Imóveis (b)	6.675	2.650
(-) Outros valores e bens (c)	<u>(601)</u>	<u>-</u>
Total	<u>9.767</u>	<u>6.427</u>
Não circulante		
Despesas antecipadas:		
Corretagens	89	85
Comissões (a)	4.128	6.330
Ressarcimento de custos operacionais	48	-
Bens não de uso - Imóveis(b)	1.512	1.641
(-) Outros valores e bens (c)	<u>(876)</u>	<u>(874)</u>
Total	<u>4.901</u>	<u>7.182</u>

- (a) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

- (b) No semestre findo em 30 de junho de 2016 ocorreram consolidações de propriedades no montante de R\$ 3.741. O valor total dos imóveis retomados representam R\$ 8.187 (R\$ 4.291 em 30 de junho de 2015).
- (c) Provisão de R\$ 729 para perda de imóveis consolidados que estão em disputa judicial (R\$ 727 em 30 de junho de 2015); e por decisão da administração no montante de R\$ 748 (R\$ 147 em 30 de junho de 2015).

11. mobilizado de uso

Movimentação do ativo imobilizado no semestre findo em 30 de junho de 2016:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>(-)Deprec.</u>	<u>Saldo em 30/06/2016</u>	<u>Saldo em 30/06/2015</u>
Móveis e equipamentos de uso	447	16	(4)	-	459	409
Equip. de informática	756	13	-	-	769	701
Veículos	311	58	(56)	-	313	267
Depreciação acumulada	(972)	-	36	(70)	(1.006)	(914)
Total	<u>542</u>	<u>87</u>	<u>(24)</u>	<u>(70)</u>	<u>535</u>	<u>463</u>

Em 30 de junho de 2016, não foram identificados indícios de *impairment* que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

12. Intangível

Demonstramos a movimentação do intangível no semestre findo em 30 de junho de 2015:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>(-)Amort.</u>	<u>Saldo em 30/06/2016</u>	<u>Saldo em 30/06/2015</u>
Licenciamento e uso de software	471	1	-	-	472	471
Amortização acumulada	(316)	-	-	(20)	(336)	(294)
Total	<u>155</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(20)</u>	<u>136</u>	<u>177</u>

13. Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a) Depósitos interfinanceiros e a prazo

	30/06/2016			30/06/2015	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	21.430
Depósitos a prazo	-	6.991	19.002	25.993	52.282
Total	-	6.991	19.002	25.993	73.712
Circulante				6.991	67.689
Não circulante				19.002	6.023

No semestre findo em 30 de junho de 2016, foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 2.866 (R\$5.523 em 30 de junho de 2015).

b) Recursos de aceites e emissões de títulos

	Conglomerado Financeiro				
	30/06/2016			30/06/2015	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
Letras de Câmbio	22.439	26.207	159.200	207.846	148.703
Letras de Crédito Imobiliário	9.552	38.976	116.440	164.968	120.232
Total	31.991	65.183	275.640	372.814	268.935
Circulante				97.174	86.899
Não circulante				275.640	182.036

Foram reconhecidas despesas de captação de aceites cambiais e letras de crédito no semestre findo em 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 25.189 (R\$ 15.006 no semestre findo em 30 de junho de 2015).

b.1) Reconciliação das despesas de captação com o resultado:

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas depósitos interfinanceiros	(958)	(1.318)
Despesas depósitos a prazo	(1.908)	(4.205)
Despesas aceites cambiais	(13.877)	(8.641)
Despesas letras financeiras subordinadas (nota 16)	(49)	(43)
Despesas letras de crédito imobiliário	(11.312)	(6.365)
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	(3.528)
Contribuição ao FGC	(368)	(408)
Outros	(60)	(25)
Total	(28.532)	(24.533)

14. Obrigações fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Imposto de renda	1.183	829
Contribuição social	491	338
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	38	59
Impostos e contribuições s/ salários	305	252
Outros (a)	<u>370</u>	<u>209</u>
Total	<u><u>2.387</u></u>	<u><u>1.687</u></u>

- (a) Referem-se basicamente (i) R\$ 94 imposto retido sobre resgate de rendimento em letra de crédito (R\$ 14 em 30 de junho de 2015); (ii) R\$ 142 de contribuição ao Pis e Cofins (R\$ 73 em 30 de junho de 2015); e R\$ 4 refere-se ao ISS (R\$ 2 em 30 de junho de 2015).

15. Outras obrigações - diversas

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Circulante		
Despesas de pessoal	686	671
Outras provisões	1.151	1.044
Credores diversos - país (a)	4.085	2.651
Rendas antecipadas	340	-
Obrigações vinculadas a cessão de crédito	<u>-</u>	<u>39.088</u>
Total	<u><u>6.262</u></u>	<u><u>43.454</u></u>
Não circulante		
Provisão para riscos cíveis (nota 17)	530	458
Credores diversos - país (a)	1.192	886
Rendas antecipadas	<u>-</u>	<u>308</u>
Total	<u><u>1.722</u></u>	<u><u>1.652</u></u>

- (a) O saldo em “credores diversos - país” está basicamente composto por: (i) parcelas de operações de crédito recebidas e não identificadas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 841 (R\$ 1.246 em 30 de junho de 2015); (ii) valores recebidos dos clientes referentes à parcelas cedidas a terceiros, as quais são repassadas às instituições financeiras, no montante de R\$ 51 (R\$ 29 em 30 de junho de 2015) dentro do próximo mês; (iii) R\$ 87 referem-se a provisões para pagamento ao FGC (R\$ 111 em 30 de junho de 2015); (iv) valores de contratos de financiamentos efetivados e não desembolsados até a data do balanço no montante de R\$ 1.797 (R\$ 879 em 30 de junho de 2015); (v) a parcelas de seguros (DFI e MIP) a repassar no montante de R\$ 93 (R\$ 77 em 30 de junho de 2015); (vi) recebimentos antecipados das operações com carteiras adquiridas classificados em: a) seguros a repassar R\$ 263 (R\$ 248 em 30 de junho de 2015); b) taxa de administração que será apropriado ao resultado de acordo com o prazo de vigência dos contratos no valor de R\$ 875 (R\$ 376 em 30 de junho de 2015); c) equalização de taxas no montante de R\$ 101 (R\$ 191 em 30 de junho de 2015); d) deságio das carteiras adquiridas que será apropriado ao resultado de acordo com o prazo de vigência dos contratos no montante de R\$ 181 (R\$ 278 em 30 de junho de 2015); (vii) recebimentos não identificados e parcelas recebidas antecipadamente R\$ 238 (R\$ 108 em 30 de junho de 2015); e (viii) valores relativos a repasses por cobrança no montante de R\$ 707 (não há valores comparativos para 30 de junho de 2015).

16. Outras obrigações - dívidas subordinadas

Mediante autorização do Banco Central do Brasil, em 16 de junho de 2011, foi considerada elegível como capital de nível II, na categoria de dívida subordinada (Res. 3.444/07), a venda de Letra Financeira Subordinada efetuada a terceiro, no montante de R\$ 600, com prazo de 7 (sete) anos e pagamento semestral ao aplicador dos rendimentos.

Na forma da regulamentação própria, tal aplicação conta com bloqueio junto à CETIP e é vedado o resgate antecipado da mesma sem autorização do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 30 de junho de 2016 o valor de custo acrescido dos encargos da Letra Financeira Subordinada é de R\$ 615 (R\$ 614 em 30 de junho de 2015). O resultado do semestre findo em 30 de junho de 2016, no valor de R\$ 49 (R\$ 43 em 30 de junho de 2015), foi reconhecido como despesa de captação no mercado.

17. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existiam processos classificados como prováveis de realização.

b) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista

b.1) Ações cíveis, trabalhistas e fiscais

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável é efetuada a provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

b.2) Provisão constituída e as respectivas movimentações no período

Em 30 de junho de 2016, a Financeira possui contabilizada provisão para ações cíveis no montante de R\$ 416 (R\$ 419 em 30 de junho de 2015) e a Hipotecária constituiu provisão no valor de R\$ 114 (R\$ 39 em 30 de junho de 2015), conforme movimentação demonstrada abaixo:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Saldo Anterior	464	361
Constituição	315	139
Reversão	(183)	(10)
Pagamentos	<u>(66)</u>	<u>(32)</u>
Total	<u>530</u>	<u>458</u>

c) Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 30 de junho de 2016 por processos de natureza cível no montante de R\$ 627 (R\$ 220 em 30 de junho de 2015).

Os processos de natureza trabalhista classificados como risco de perda possível correspondem a R\$ 926 (não havia processos de natureza trabalhista classificados como risco de perda possível em 2015).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O quadro de acionistas está representado da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Nº de ações</u>	<u>Total do Capital Social Prudencial (R\$)</u>
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	7.175.792	7.176
Enio Fornea Junior	2.760.827	2.761
Ivo Luiz Roveda	5.676.515	5.676
Antonio Bordin Neto	1.636.864	1.637
Paulo de Paula Abreu	1.150.000	1.150
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	<u>4.600.000</u>	<u>4.600</u>
Total	<u>23.000.000</u>	<u>23.000</u>

A quantidade de ações no semestre findo em 30 de junho de 2015 do conglomerado prudencial é de 23.000 (vinte e três milhões) ações ordinárias, sem valor nominal, após a eliminação da participação da controlada.

b) Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c) Reserva estatutária

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para Reserva Legal e Dividendos.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

No semestre findo em 30 de junho de 2016 a Financeira propôs dividendos no montante de R\$ 144 (R\$ 515 em 30 de junho de 2015). A título de dividendos, a Financeira efetuou pagamento de R\$ 167 que estava provisionado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A Financeira destacou durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, o montante R\$ 1.535 (R\$ 1.146 em 30 de junho de 2015) a título de remuneração do capital próprio com base na taxa referencial de juros "TJLP". A título de JCP a Financeira efetuou pagamento de R\$ 1.184, que

estava provisionando no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, e conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovada a distribuição antecipada de dividendos pela Hipotecária no montante de R\$ 837.

e) Participação de não controladores

A participação de não controladores refere-se a 6% de participação da Barigui Companhia Hipotecária e 100% da Barigui Securitizadora S.A.

19. Transações entre partes relacionadas

a) As transações com partes relacionadas foram as seguintes:

Descrição	30/06/2016			30/06/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Pessoas físicas</u>	-					
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	16.883	(1.104)	-	14.160	(1.049)
Letra de crédito imobiliário	-	39.719	(2.745)	-	37.492	(1.871)
Remuneração administradores	-	-	(419)	-	-	(148)
Juros sobre capital próprio	-	815	(1.056)	-	239	(788)
Dividendos	-	108	-	-	100	-
<u>Bordin Administração e Incorporações Ltda.</u>	-					
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	370	(479)	-	346	(358)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	8.837	(578)	-	6.339	(352)
<u>Barigui Veículos Ltda</u>	-					
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	-	(42)	-	-	(42)
Letra financeira subordinada	-	615	(49)	-	614	(43)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	13.678	(858)	-	7.666	(409)
<u>Barigui Promotora de Crédito Imob. Ltda.</u>	-					
Prestação de serviços correspondente bancário	1.336	315	(2.532)	2.124	71	(1.999)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	147	(20)	-	-	(2)
<u>Central Brasileira de Cobrança Ltda.</u>	-					
Prestação de serviços de cobrança	-	207	(931)	-	124	(680)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	1.104	(49)	-	578	(22)
<u>Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.</u>	-					
Prestação de serviços correspondente bancário	760	-	(152)	1.199	0	(234)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	675	(17)	-	22	(2)
<u>Enio Fornea & Cia Ltda.</u>	-					

Descrição	30/06/2016			30/06/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Aluguéis	-	11	(69)	-	8	(48)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	5.788	(401)	-	5.076	(311)
<u>Barigui Corretora de Seguros</u>	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	-	-	-	3.675	(220)
<u>Center Automóveis Ltda</u>	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	5.385	(372)	-	4.860	(298)
<u>Espaço Automóveis Ltda</u>	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	6.940	(479)	-	6.809	(417)
<u>GFA Incorporações Ltda</u>	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	4.035	(279)	-	3.490	(214)
<u>Amambahy Participações Ltda</u>	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	663	(48)	-	1.047	(47)
<u>Fórmula Automóveis Ltda</u>	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	7.422	(548)	-	11.185	(685)
<u>Instituto Barigui</u>	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	630	(53)	-	477	(37)
<u>Marumbi Investimentos Ltda</u>	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	392	(24)	-	14	(1)

(a) Recursos de aceites e emissão de títulos referem-se à captações em letras de câmbio.

b) Subscrição de cotas:

Refere-se a operações de subscrição de CRIs emitidos pela SEC:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>CRI</u>	<u>Taxa</u>	<u>Indexador Correção</u>	<u>Quantidade de Cota</u>	<u>R\$ Total</u>
<u>Membros do Conselho de Administração:</u>	-				
	21	10,03% a.a.	IGP-M	1	1.052
Paulo de Paula Abreu	60	7,700% a.a.	IGP-M	22	1.107
	61	43,34% a.a.	IGP-M	3	156
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	61	43,34% a.a.	IGP-M	7	364
Ivo Luiz Roveda	61	43,34% a.a.	IGP-M	9	468
<u>Sócio/Diretor</u>	-				
Evaldo Leandro Perussolo	61	43,34% a.a.	IGP-M	1	52
<u>Demais PF</u>	-				
Pessoas Físicas	61	43,34% a.a.	IGP-M	19	987
TOTAL				62	4.186

As operações foram equivalentes ao preço unitário do título subscrito na data considerada para avaliação (PU do papel), sendo que a operação de subscrição do CRI pela parte relacionada ocorreu dentro do processo ordinário de colocação dos títulos emitidos pela SEC.

20. Política de remuneração

Em atendimento à Resolução CMN 3.921, de 25 de novembro de 2011, o Conglomerado remunera alguns de seus membros da diretoria executiva. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2016 está representado por R\$ 419 (R\$ 168 em junho de 2015).

21. Despesas administrativas

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Despesas de aluguel comercial	(124)	(77)
Despesas de comunicação	(228)	(240)
Despesas de processamento de dados	(415)	(332)
Despesas com relações públicas	(9)	(18)
Despesas com propaganda e publicidade	(90)	(183)
Despesas de seguros	(258)	(6)
Despesas serviço sistema financeiro	(905)	(815)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(6.792)	(5.146)
Despesa com serv. téc. especializados	(850)	(788)
Despesas com amortização/depreciação	(90)	(101)
Despesas com viagens	(124)	(113)
Despesa de transporte	(62)	(53)
Despesas judiciais e cartório	(23)	(60)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(34)	(76)
Outras despesas	(702)	(508)
Total	<u>(10.706)</u>	<u>(8.516)</u>

- (a) Refere-se principalmente a: (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no resultado no montante de R\$ 4.297 (R\$ 3.154 em 30 de junho de 2015), (ii) R\$ 976 referente à assessoria de cobrança (R\$ 771 em 30 de junho de 2015) e (iii) R\$ 425 referente à custos de repasse à órgãos públicos (R\$ 361 em 30 de junho de 2015).

22. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2016	30/06/2015
<u>Impostos correntes</u>		
Imposto de renda	(1.573)	(1.413)
Contribuição social	<u>(625)</u>	<u>(569)</u>
Total	<u>(2.198)</u>	<u>(1.982)</u>
Impostos diferidos	<u>1.034</u>	<u>611</u>
Total imposto de renda e contribuição social	<u>(1.164)</u>	<u>(1.371)</u>

b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2016	30/06/2015
Resultado antes do imposto de renda, contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	5.733	6.194
Juros sobre capital próprio	(1.535)	(1.146)
Participação dos empregados	(246)	(266)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.952	4.782
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente	(1.778)	(2.152)
Exclusões (adições):		
Outros	<u>(420)</u>	<u>170</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(2.198)</u>	<u>(1.982)</u>

c) Movimentação dos créditos tributários:

Descrição	Saldo Inicial 31/12/2015	Constituição	Reversão	Saldo final 30/06/2016
Imposto de renda	-			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.891	684	(186)	2.389
Provisão para contingências	114	36	(17)	133
Outras provisões	402	273	(122)	553
Créditos Tributários de IRPJ	2.407	993	(325)	3.075
Contribuição social	-			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.073	379	(125)	1.327
Provisão para contingências	87	20	(14)	93
Outras provisões	246	168	(62)	352
Créditos Tributários de CSLL	1.406	567	(201)	1.772
Total de Créditos tributários de CSLL e IRPJ	3.813	1.560	(526)	4.847

Considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2016 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2019	Total
<u>Créditos Tributários de imposto de renda</u>				
Diferenças temporárias	1.319	585	1.171	3.075
Valor presente	1.156	450	788	2.394
<u>Créditos Tributários de contribuição social</u>				
Diferenças temporárias	964	386	422	1.772
Valor presente	845	297	284	1.426

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 14,13% (Selic).

23. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basiléia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 30 de junho de 2016 atingiu 16,92%, representativo do Conglomerado Prudencial, atendo preceitos regulamentares.

	30/06/2016	30/06/2015
Patrimônio de referência	<u>47.527</u>	<u>42.293</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>16,92%</u>	<u>15,61%</u>

24. Estrutura de gerenciamento de risco

A Financeira conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco, composto pelos membros de sua Diretoria e presidido pelo Diretor Presidente. O assunto tem merecido a devida atenção daquele Colegiado, por sua relevância, envolvendo os riscos: Operacional, de Mercado/Liquidez, de Crédito e Gerenciamento de Capital, na forma da regulamentação baixada pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Cada um deles conta com diretor responsável, devidamente registrado no Bacen, e são emitidos relatórios individualizados anualmente. O Manual de Procedimentos Internos, em seus diversos módulos, onde estão descritas todas as rotinas dos negócios praticados na entidade, contempla tópico específico sobre a matéria em questão, e tem sido alvo de atualizações, mantendo-se, dessa forma, a participação dos diversos setores internos da Financeira no controle e gerenciamento dos riscos, a partir da base das operações cursadas.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

a) Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

b) Risco operacional

No semestre findo em 30 de julho de 2016, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes, internas e externas, e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração. Estão ainda embutidas nos serviços próprios ações que podem ser classificadas como preservação de reputação e imagem.

c) Risco de mercado

Os riscos de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Financeira com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, a Financeira emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

d) Risco de liquidez

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a Financeira dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

e) Risco de gerenciamento de capital

Avaliação permanente da necessidade de capital da Financeira para fazer face aos riscos que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia.

A Financeira realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Financeira a suportar os efeitos assim levantados.

O gerenciamento em questão atende não só a Financeira como a sua controlada, Barigüi Cia. Hipotecária, ambas integrantes do Conglomerado Financeiro Barigüi.

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está registrada no endereço eletrônico: www.bariguicredito inteligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

Curitiba (PR), 14 de dezembro de 2016

DIRETORIA

RODRIGO O. DE ARAÚJO PINHEIRO
Diretor Presidente

PAULO DE PAULA ABREU
Diretor Superintendente

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Executivo

MARIA TERESA FORNEA
Diretora Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IVO LUIZ ROVEDA
Presidente

ENIO FORNEA JÚNIOR
Vice Presidente

FELIX ARCHANJO BORDIN
Conselheiro

ANTÔNIO BORDIN NETO
Conselheiro

PAULO DE PAULA ABREU
Conselheiro

RODRIGO O. DE ARAÚJO PINHEIRO
Conselheiro

RESPONSÁVEL TÉCNICA

CRISTIANE APARECIDA DAMRAT
Contadora CRCPR063966/O-2